TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS DE ANALISTA DE
CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO –
ESPECIALIDADES: BIBLIOTECONOMIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Edital n.º 1 – TCU/ACE II, de 4 de março de 2005)

JUSTIFICATIVAS DE ALTERAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE GABARITO

CARGO 1: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: BIBLIOTECONOMIA

- **ITEM 51** – alterado de C para E, porque os municípios, incluídos entre as unidades federativas do Brasil, não possuem as estruturas administrativas citadas no item, o qual se refere aos Estados e à União.
- **ITEM 92** – anulado por haver, acerca do tema, divergência doutrinária e indicativos judiciais suficientes para inviabilizar a cobrança do item em avaliação objetiva.
- **ITEM 99** – alterado de C para E, pois há algumas regras que estabelecem limites específicos para as empresas públicas e sociedades de economia mista.

CARGO 2: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- **ITEM 51** – alterado de C para E, porque os municípios, incluídos entre as unidades federativas do Brasil, não possuem as estruturas administrativas citadas no item, o qual se refere aos Estados e à União.
- **ITEM 92** – anulado por haver, acerca do tema, divergência doutrinária e indicativos judiciais suficientes para inviabilizar a cobrança do item em avaliação objetiva.
- **ITEM 99** – alterado de C para E, pois há algumas regras que estabelecem limites específicos para as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- **ITEM 126** – anulado, por conter enunciado incompleto, uma vez que faltou indicar no item o momento em que o evento ocorreria.
- **ITEM 143** – anulado, por haver necessidade de contextualização do item para definição de uma resposta única. O item deveria ter especificado se se tratava de uma entidade de *software* executada no servidor ou no cliente, porque ocorre nos dois casos.
- **ITEM 150** – anulado devido a erro na redação do item, por faltar informação referente a “autenticidade e integridade questionáveis dos documentos gerenciados”, o que impossibilitou o julgamento do item.
- **ITEM 155** – alterado de C para E. No Guia ao Corpo de Conhecimentos da Gerência de Projetos (PMBOK), no capítulo que se refere à gerência de custos, por exemplo, não há qualquer menção ao uso de diagramas PERT, o que demonstra que o uso desses diagramas, se efetuado por algum modelo ou técnica específica de gerência de custos, será de caráter apenas indireto, e não direto, como afirmado.
- **ITEM 166** – alterado de C para E, pois a assertiva contida no item nega a possibilidade de se usar outras modalidades ou tipos de licitação além de “técnica e preço” para aquisição de bens e serviços de informática e automação. Ademais, o termo *modalidade de licitação* (art. 22) foi usado inadequadamente no item em vez de *tipo de licitação* (art. 45), conforme definição da Lei n.º 8.666/1993, que apresenta clara distinção e aplicação dos dois termos.
- **ITEM 168** – alterado de C para E, pois a negociação de requisitos entre clientes e fornecedores pressupõe um processo de ajuste entre as partes, o que não é possível no caso do processo licitatório, visto que este não permite que as propostas, uma vez submetidas, sejam modificadas. Dessa forma, o item está errado, por não permitir nem fornecer suporte à negociação entre as partes.
- **ITEM 170** – alterado de C para E, pois, com base no art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, o termo *aceitação* não se aplica ao recebimento definitivo de obras, mas tão-somente ao recebimento de materiais. Para o

recebimento definitivo de obras aplica-se termo circunstanciado, assinado pelas partes, e baseado em prazo de observação ou vistoria, sujeito a reparos, correções etc.

- **ITEM 173** – anulado por conter ambigüidade irreparável que impossibilitou o seu julgamento.
- **ITEM 179** – anulado, porque não fornece elementos suficientes para o adequado julgamento do papel desempenhado pelos órgãos mencionados no item, o que o torna passível de múltiplas interpretações e, portanto, sujeito a anulação.
- **ITEM 184** – alterado de C para E, pois o termo centro de recuperação (*recovery centre*) não se refere a uma unidade especializada interna, responsável pela contabilização e cobrança por serviços de TI, mas a um possível modo de funcionamento da organização de TI como um todo.
- **ITEM 191** – alterado de C para E, porque não é correto afirmar que a análise de riscos (*risk analysis*) é proposta, em ambos os modelos (COBIT e ISO-17799), como um mecanismo complementar a ser usado pelo auditor. No caso do modelo ISO-17799, a avaliação de risco não é um aspecto secundário do modelo (complementar), pelo contrário, é indicada como sendo realizada preliminarmente, e seus resultados conduzirão à seleção dos controles que devem ser implementados, dentre os vários indicados na norma.

NOTA:

Em estrita observância ao que definem o edital que rege o concurso, Edital n.º 1 – TCU/ACE II, de 4 de março de 2005, e outros editais e comunicados a ele referentes, foram preliminarmente indeferidos os recursos que não observaram as especificações estabelecidas para a sua interposição, especificamente aqueles que continham assinatura fora do local apropriado ou que apresentavam argumentações inconsistentes ou questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em edital). Seguem os subitens do edital de abertura que respaldam o indeferimento preliminar de recursos, *in verbis*:

“10.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais **preliminares** da prova objetiva, o candidato deverá utilizar os formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, <http://www.cespe.unb.br>, e seguir as instruções ali contidas.

10.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

(...)

10.7 Todos os recursos serão analisados e as **justificativas das ALTERAÇÕES** de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/tcuaceII2005> quando da divulgação do gabarito definitivo. **Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.**

10.8 Não será aceito recurso via postal, via *fax* ou via correio eletrônico, bem como fora do prazo determinado.

10.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo.

10.10 Recursos cujo teor desprezite a banca serão preliminarmente indeferidos.

(...)

17.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

17.2 O candidato poderá obter informações referentes à primeira etapa do concurso público junto ao Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 448-0100 ou via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, ressalvado o disposto no subitem 6.4 deste edital.

17.3 O candidato que desejar relatar ao CESPE fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo ao Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE, postar correspondência para a Caixa Postal 04521, CEP 70919-970; encaminhar mensagem pelo *fax* de número (61) 448-0111; ou enviá-la para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.”